



ASSUNTO: Declaração de Compromisso para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas	INFORMAÇÃO N.º: 137/DOMA-GA/2022
	NIPG: 5655/22
	DATA: 2022/04/22

DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em/...../.....,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

DESPACHO:	CHEFE DE DIVISÃO:
<p>A Reunião 27-04-2022</p>  <p>Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr. Presidente da Câmara Municipal da Nazaré</p>	<p>Exmo. Sr. Presidente, Concordo com o exposto. À consideração superior. 22-04-2022</p>  <p>O Chefe de Divisão da DOMA João Santos, Engº</p>

VEREADOR(A)/CHEFE DE DIVISÃO:

À Dra. Paula Veloso
Para inserir na "ordem do dia" da próxima reunião da Câmara Municipal,
conforme Despacho do Sr. Presidente.
27-04-2022



Helena Pola
Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

INFORMAÇÃO

Exmo. Senhor Chefe da DOMA

Recebemos por parte da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, um convite para nos juntarmos á APDA na assinatura de uma Declaração de Compromisso para a Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas.

É reconhecida a importância da água para as comunidades e o ser humano, assim como o impacto que as alterações climáticas estão a ter na disponibilidade deste bem essencial.

A declaração proposta pela ADPA, é de que os Municípios e Entidades Exploradoras se comprometam a impulsionar os esforços necessários para a Adaptação e a Mitigação às Alterações Climáticas, em particular no que se refere aos Serviços de Águas, para garantia das gerações futuras.

Tendo em consideração que o Município tem tomado passos nesse sentido, quer na sensibilização que faz á População Escolar e á População Geral, quer nas preocupações que tem no seu dia a dia e na preparação das alterações climáticas, penso que faz todo o sentido de nos associarmos á APDA e assinar a Declaração que se anexa.

Propõe-se á Camara Municipal que aprove a assinatura da Declaração de Compromisso para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas, por parte do Município da Nazaré.

À consideração superior.

O Técnico Superior
22-04-2022



Ricardo Mendes
Ricardo Jorge Ferreira Mendes (Eng.º)

Declaração de Compromisso para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas

Em 2010 a ONU declarou os serviços de abastecimento e saneamento como um direito humano, incluindo-o como o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 6 na Agenda 2030. Parece-nos adequada a importância capital que este organismo concede a estes serviços, para universalizar uma sociedade desenvolvida, igualitária e solidária. Os nossos esforços no âmbito de aplicação e de prestação dos mesmos vêm marcados pelos referidos objetivos. Queremos afiançar o cumprimento deste direito humano à água e saneamento para as próximas gerações, a quem o impacto das alterações climáticas afetará de maneira considerável.

A ação conjunta dos países subscritores do Acordo de Paris, incluindo empresas, instituições e sociedade civil, é fundamental para poder fazer frente às dificuldades decorrentes das alterações climáticas. A estratégia de luta contra as alterações climáticas e a descarbonização da economia impulsionada pela Comissão Europeia, parece-nos um marco apropriado para promover políticas que favoreçam o desenvolvimento sustentável nos diferentes países integrantes da União Europeia. A Nova Estratégia da União Europeia para as Alterações Climáticas, publicada em 24 de fevereiro de 2021, é mais um passo para uma maior resiliência, orientando os Estados Membros para os desafios que se colocam.

Em Portugal foram já desenvolvidos diversos instrumentos relativos a estas matérias, de que são exemplo o Programa de Ação para Adaptação às Alterações Climáticas 2020-2030, a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, a criação da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, as Estratégias/Planos Intermunicipais e Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas. Mais recentemente, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), de âmbito nacional, considera a Dimensão da Transição Climática assente em três pilares indissociáveis dos serviços de abastecimento e saneamento. Consideramos estes instrumentos, e suas evoluções, pilares fundamentais para dar suporte a uma transição ecológica justa, competitiva e inclusiva.

Diferentes atores públicos e privados do sector desenvolveram nos últimos anos medidas de luta contra as alterações climáticas.

Para nos adaptarmos eficazmente devemos aplicar o melhor conhecimento e experiência em diagnosticar e prever os impactos que se geram na disponibilidade de água, tanto em qualidade como em quantidade, e em fenómenos extremos como as secas e inundações, que estão a aumentar em frequência e intensidade e que afetam e afetarão de forma direta os serviços de abastecimento e saneamento. É neste contexto que se insere, por exemplo, a criação pela APDA, em 2017, da Comissão Especializada de Adaptação às Alterações Climáticas, onde elementos de diversas entidades representativas de várias regiões do país, desde Entidades Gestoras, Proteção Civil e Academia, debatem este tema desenvolvendo ferramentas de apoio à adaptação por parte do setor.



No setor das águas deve promover-se igualmente a implementação de medidas de mitigação, entre as quais se destacam as relacionadas com a economia circular e com a melhoria da eficiência energética, hídrica e do aproveitamento dos recursos naturais, com o objetivo de diminuir a pegada de carbono.

Não obstante todo o trabalho já desenvolvido até à data, estamos certos de que, no seu conjunto, o setor dos serviços de abastecimento e saneamento de água urbana pode ir mais longe no seu dever de apoiar, propor e operacionalizar estratégias e medidas para o combate à emergência climática.

Face ao exposto,

O/A Município/Entidade (indicar o nome da Instituição) e a Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas

DECLARAM O SEU COMPROMISSO

em impulsionar os esforços necessários para a Adaptação e a Mitigação às Alterações Climáticas, em particular no que se refere aos serviços de águas, para garantia das gerações futuras.

abril de 2022